Márcia Tereza Fonseca Almeida[1]
Jardelina Bispo do Nascimento[2]
Lílian Fonseca Lima[3]

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ESCOLAS COMUNITÁRIAS E OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGAS(OS)

O texto apresenta algumas reflexões a partir de nossas experiências enquanto docentes, vivenciadas no componente curricular Estágio Supervisionado em Educação Infantil do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia- UNEB, no Departamento de Educação- Campus I, realizadas em *algumas* escolas - creches comunitárias localizadas na cidade de Salvador-Ba. Considerando-se que as escolas comunitárias ao longo dos anos vem apresentando-se como o único espaço de atendimento educacional para crianças das camadas populares de zero aos cinco anos de idade, a experiência de estágio nesses espaços proporciona aos(as) estudantes a compreensão de que grande parte das crianças brasileiras ainda não estão inseridas nos sistemas públicos de ensino, ou seja, nas creches e escolas de Educação Infantil que fazem parte do sistema municipal de educação, e que por conta disso, as escolas comunitárias atendem essa demanda represada, unindo esforços por parte das comunidades e parceiros(as) em prol da educação e cuidado de meninos e meninas, cujas mães precisam trabalhar e precisam de um espaço seguro que as acolham em tempo integral ou parcial.

Nossas experiências enquanto docentes de Estágio, aliadas às pesquisas sobre saberes e fazeres docentes, apontam, dentre outros aspectos, a relevância da busca pelo estabelecimento da relação entre teoria e prática enquanto elementos indispensáveis na formação docente, por outro lado, tem nos revelado também a realidade e limitações de muitos espaços/campos de estágio no intuito de oferecer um trabalho de qualidade na comunidades onde estão inseridos.

Pimenta (2008, pág,45) ressalta que "o estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, esta, sim, objeto da práxis".

[1] Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: mtalmeida@uneb.br

[2]Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia-UFBA. Email: jbnascimento@uneb.br

[3] Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: lflima@uneb.br



Nessa perspectiva, o estágio possibilita ao(a) estudante a compreensão da indissociabilidade entre a teoria e a prática que constitui uma concepção reflexiva da prática pedagógica. Para a autora, precisamos ampliar o entendimento sobre a formação pensando em um contínum entre formação inicial e continuada, considerando a perspectiva da autoformação.

Assim, compreender os elementos que caracterizam a formação dos (as) professores (as), enquanto campo epistêmico, pedagógico e cultural, bem como a dinâmica em que estes processos se instituem, é algo complexo e que precisa ser analisado a partir de experiências concretas realizadas no cotidiano escolar.

Neste texto pretendemos fazer uma breve reflexão sobre o trabalho realizado pelas escolas comunitárias a partir de algumas experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado em Educação Infantil, ressaltando a importância dessa experiência para o processo de formação político-pedagógica do (a)pedagogo(a). Macedo (2015, p.36) salienta que realçar e mobilizar a experiência na compreensão da formação é reconhecer que essa atividade se dinamiza num processo contínuo e intenso de compreensão do mundo. Por isso, defendemos que o contato com as etapas de ensino da Educação Básica e com todas as funções que podem ser assumidas pelos(as) profissionais da educação é necessário que ocorra em diferentes instituições.

A experiência para este autor, é um fenômeno mediado por múltiplas referências e por saberes que resultam do vivido e do pensado, que se efetiva no compartilhamento de sentidos e significados. “A experiência está na base e no movimento das epistemologias.” É fonte iesgotável de sentidos e implicações, que orientam e potencializam as nossas escolhas (Macedo, p.20). Nessa perspectiva, refletimos sobre a nossa experiência com estágio supervisionado em Pedagogia em escolas comunitárias.

De acordo com o planejamento previamente elaborado, a condução das aulas ocorreu buscando possibilitar aos(as) estudantes o acesso a estudos e discussões relevantes para a prática pedagógica na Educação Infantil. Dessa forma, temas como a indissociabilidade entre o cuidar e o educar na Educação Infantil, a rotina enquanto modalidade organizativa do trabalho docente, a importância do brincar, a avaliação na Educação Infantil e as Políticas de Educação Infantil, além de reflexões sobre a importância do Estágio na formação do(a) pedagogo(a) fizeram parte da proposta que norteou as discussões teóricas antes da inserção dos(as) discentes no campo de Estágio.

A prática de Estágio na escola comunitária



Após o contato inicial com a gestão das instituições que são localizadas em bairros diferentes e também apresentam diferenças que vão desde a estrutura física até algumas normas de funcionamento em decorrência dos seus mantenedores, visando organizarmos como se daria a inserção dos(as) estudantes nas escolas comunitárias, orientamos de que forma seria o período de observação e coparticipação que incluía também uma entrevista com as coordenadoras e ou diretoras.

Não podemos negar que houve um avanço na oferta da Educação Infantil nas últimas décadas, reflexo das lutas das mulheres (mães trabalhadoras) que reivindicavam e até hoje reivindicam espaços de cuidado e educação para seus(as) filhos(as). Estudos e pesquisas realizadas em vários países apontam a necessidade de os poderes públicos investirem na educação das crianças pequenas como forma de assegurar aos meninos e meninas o progresso nos estudo e validar o seu direito a uma educação de qualidade desde a Educação Infantil, ressaltando que a criança já é cidadã desde que nasce.

Segundo Farias (2005), ao resgatarmos o percurso histórico do atendimento às crianças de zero a seis anos no Brasil, devemos relacioná-lo com as transformações que ocorreram nos diversos setores da sociedade. Esclarecendo melhor, paralelamente às mudanças ocorridas na política educacional estavam as transformações ocorridas na organização familiar, a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho no período da industrialização do país, que também contribuíram para a criação de instituições e espaços para a Educação Infantil.

Uma análise histórica nos mostra que o problema do desamparo das crianças pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade e a falta de planejamento dos poderes públicos para o enfrentamento de tal situação já vêm de longas datas. No Brasil do século XIX, a criança vista enquanto cidadã do amanhã, promessa do futuro, tornou-se alvo de discussões de políticos e educadores; a crescente industrialização do país e a incorporação de grande número de mulheres no mercado de trabalho desencadearam uma luta dos (as) trabalhadores (as) por atendimento às crianças em creches.

De acordo com Kuhlmann Jr. (2005, p. 182), “a incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista”. O que pode ser atribuído ao seu processo de criação, cujo objetivo principal era acolher as crianças filhas de mães trabalhadoras, fornecendo alimentação e cuidando da higiene sem nenhuma preocupação com os processos cognitivo, afetivo e social dessas crianças.



No entanto, apesar de todo aparato legal existente atualmente, representado nas discussões presentes na Política Nacional de Educação Infantil (MEC, 1994), nos Subsídios para a elaboração de diretrizes e normas para a Educação Infantil (MEC, 1999), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CEB 22/ 1998) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB 04/2000), que apresentam as definições e orientações para a instalação, organização e funcionamento adequados de creches e pré-escolas no nosso país, muitas crianças ainda ficam de fora das instituições de Educação Infantil. De acordo com Rosemberg (2014, p. 174), o grande desafio atual para a área:

> [...] não depende de melhores diretrizes ou normatizações mais amplas e abrangentes, mas sim enfrentar o descompasso entre esse ideal, contemporâneo e sofisticado, o real da prática cotidiana, o desafio entre o normatizado [...] e as condições sociais, políticas, econômicas e culturais que geram uma sociedade e uma Educação Infantil ainda intensamente discriminatórias: de classe, gênero, raça, religião, localização e idade.

Enquanto estratégia de sobrevivência das camadas mais empobrecidas da população, as creches comunitárias passaram a integrar as políticas públicas dos municípios brasileiros que ainda não assumem totalmente a oferta da Educação Infantil. Dados da Secretaria Municipal de Educação de Salvador apontam que no ano de 2024, a SMED formalizou 160 Termos de Colaboração[4] com Escolas Parceiras (Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas), para o atendimento na Educação Infantil de 24.245 crianças de 0 a 5 anos de idade. Portanto, embora com diversas fragilidades e desafios estas instituições têm dado grandes contribuições para as famílias no sentido de oferecer educação e cuidados às crianças de zero à cinco anos.

Assim, o estágio nas escolas comunitárias, dentre outras coisas tem preparado o olhar dos(as) estudantes em relação as ações de educadores(as) que se dedicam com muito esforço para que as crianças que ficaram fora das intuições de Educação Infantil públicas tivessem acesso a ações de cuidado e educação tão importantes para o desenvolvimento infantil, além de motivá-los(as) a pesquisarem sobre as demandas e desafios da Educação Infantil e a necessidade de maior investimento nessa etapa da educação por parte dos poderes públicos,

De acordo com Pimenta(2010), são contribuições do estágio na formação de professores(as) a realização de atividades que possibilitem a reflexão sobre o trabalho docente, nas instituições de ensino no sentido de compreendê-las em sua historicidade, identificando

[4] Site http://educacao3.salvador.ba.gov.br/programa-projeto/creche-e-escolas-parceiras/.Acessado Acessado em 18/05/2025.



seus limites e possibilidades. Nessa perspectiva, ao acompanharmos os estágios nas escolas comunitárias, nos deparamos com diferentes demandas e necessidades estruturais. *Experienciamos* (Macedo, 2015), tanto em loco, como nos encontros na universidade, através do relato dos(as) estagiários(as) as dificuldades das escolas comunitárias na oferta de uma Educação Infantil de qualidade para as crianças pequenas e buscamos atender de forma comprometida as demandas apontadas pelas instituições campos de estágio.

Algumas considerações

As experiências que tivemos no acompanhamento do estágio nas escolas comunitárias nos levaram a algumas reflexões que mostraram o distanciamento da universidade com esses espaços. Reconhecemos que o estágio nessas instituições ocorre ainda de forma tímida, com resquício de um conceito pré-estabelecido sobre o trabalho desenvolvido por muitas comunidades que assumem a educação de crianças pequenas que deveriam estar matriculadas nos Centros Municipais de Educação Infantil.

Os nossos diálogos com as escolas comunitárias demonstraram e ainda demonstram, ser estas, um campo fértil para o estágio em Pedagogia, o qual deveria ocorrer sistematicamente como um compromisso político em prol da qualidade da educação das crianças de zero à cinco anos que estão inseridas nessas instituições e que precisam ser contempladas em todos os semestres letivos da universidade .Trata-se de um espaço formativo, um campo político como também assistencial, aberto a pesquisas, a intervenções/cooperações, apoio e avaliação. **Palavras-chave**: Escolas comunitárias;Estágio supervisionado; Formação de pedagogas(os).

REFERÊNCIAS

FARIAS, Mabel. Infância e educação no Brasil nascente. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). ***Educação da Infância****:* história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 33-50.

JR. Kuhlmann Moysés. A Educação Infantil no século XX. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). ***Histórias e memórias da educação no Brasil.*** Vol.III: Século XX. Petrópolis, RJ; Vozes, 2005, p. 182-19.

MACEDO, Roberto Sídnei. Pesquisar a experiência, comprender/mediar saberes experenciais. ed. 1, Curitiba, PR: CRV, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção docência e formação. Séries saberes pedagógicos).



ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas públicas e qualidade da educação infantil. In: SANTOS, Marlene Oliveira dos; RIBEIRO, M. I. S. (Org.). ***Educação infantil****:* os desafios estão postos: e o que estamos fazendo? Salvador, Sooffset, 2014.p.169-185.

